



Simulado Final

TCE RR

TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TCE-RR (Técnico Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Administrativo do TCE-RR**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/c3hMFvWhepPPZHSy8>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Ptau>

MÓDULO I
CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

01. Todas as frases abaixo mostram ações futuras.

Assinale a frase em que os termos destacados indicam, respectivamente, **tempo anterior** e **tempo posterior**.

- a) Assim que você **tiver terminado** sua tarefa, nós **partiremos** para o evento.
- b) O rio **alargará** suas margens após **cessar** a chuva da manhã.
- c) Nós **resolveremos** os detalhes do projeto quando o chefe **concordar** com as propostas.
- d) Quando **passearmos** pelo centro à tarde, **devemos ter estacionado** o carro.
- e) Clara **poderá relatar** em breve o que ela **tiver experimentado** durante o intercâmbio.

02. Leia a frase abaixo:

O maior pecado que uma sociedade comete em relação à Natureza é explorá-la sem nunca lhe poupar os recursos.

Assinale a afirmativa adequada em relação à sua estruturação ou significado.

- a) Os pronomes “la” e “lhe” não se referem ao mesmo antecedente.
- b) O termo “uma sociedade” tem significado universal.
- c) Há um erro no emprego da crase em “à natureza”.
- d) Em lugar de “lhe poupar” deveria estar escrito “poupá-la”.
- e) Na frase deveria estar escrito “explorar-lhe” e não “explorá-la”.

03. A partir da frase "O maior pecado que uma sociedade comete em relação à Natureza é explorá-la sem nunca lhe poupar os recursos", analise as inferências abaixo e identifique a alternativa incorreta.

- a) A frase sugere que a exploração indiscriminada dos recursos naturais é um grande problema ético da sociedade.
- b) O texto apresenta uma crítica à ausência de ações sustentáveis na relação entre sociedade e Natureza.
- c) Há uma personificação da Natureza, que é tratada como algo que merece respeito e cuidado.
- d) O uso do termo "maior pecado" evidencia um juízo de valor, indicando gravidade na ação de explorar a Natureza sem limites.
- e) O texto sugere que é impossível explorar os recursos naturais de maneira responsável, pois a humanidade só pensa em lucro.

04. Em cada opção a seguir há um conjunto de quatro palavras. Assinale a opção em que há uma palavra que não pertence à mesma família das demais.

- a) corpo / corpóreo / corporal / corpete;
- b) flor / florido / floresta / floral;
- c) pedra / pedreira / pedroso / petróleo;
- d) casa / casebre / caseiro / casar;
- e) linha / alinhamento/ linear / linhagem.

05. As frases abaixo mostram elementos sublinhados. Assinale a frase que mostra um elemento que indica a participação do autor do texto na mensagem veiculada.

- a) O contrato pode prever um serviço, desde que seja possível.
- b) Os indicadores econômicos estão melhores neste semestre.
- c) Novas tecnologias suscitam questões éticas relevantes.
- d) O governo assegurou que não haveria novos impostos.
- e) Felizmente, a economia da Argentina está se recuperando.

06. Os incêndios são de longe os desastres mais devastadores. São labaredas de fogo de uma tal intensidade, que, em sua propagação, florestas podem ser consumidas como papel, e edificações podem ruir em questão de minutos. Incêndios devastaram Los Angeles em dias e destruíram a Catedral de Notre-Dame em horas. Felizmente, os incêndios (denominados “fogos” por muitos) podem ser contidos com técnicas apropriadas.

Assinale a afirmação **errada** sobre esse fragmento textual.

- a) Trata-se de um texto formulado por alguém que é possuidor de uma informação.
- b) A explicação entre parênteses mostra a preocupação com a clareza da instrução.
- c) Os exemplos citados sobre a violência do fogo demonstram preocupação explicativa.
- d) A estrutura narrativa é mostrada pela sucessão cronológica das ações citadas como exemplos.
- e) Após o primeiro período, há justificativas para a afirmação inicial contida nesse período.

07. Os incêndios são de longe os desastres mais devastadores. São labaredas de fogo de uma tal intensidade, que, em sua propagação, florestas podem ser consumidas como papel, e edificações podem ruir em questão de minutos. Incêndios devastaram Los Angeles em dias e destruíram a Catedral de Notre-Dame em horas. Felizmente, os incêndios (denominados “fogos” por muitos) podem ser contidos com técnicas apropriadas.

O texto acima, considerando sua tipologia, deve ser classificado como

- a) dissertativo, com elementos de argumentação;
- b) narrativo, com elementos de descrição;
- c) expositivo, com elementos de injunção;
- d) narrativo;
- e) argumentativo.

08. Assinale a alternativa em que o par de palavras apresenta uma relação lógico-semântica distinta das demais.

- a) barbearia / estabelecimento;
- b) lince / felino;
- c) camionete / automóvel;
- d) depressão / emoção;
- e) rádio / tecnologia.

09. Assinale a frase em que não exista uma relação de oposição marcada por antônimos.

- a) Na ausência de coragem, o medo domina.
- b) A escuridão só cede espaço à luz com o tempo.
- c) Quem vive no presente não se perde no passado.
- d) A prudência evita riscos e exageros insensatos.
- e) Não julgue o forte por sua fragilidade.

10. Assinale a frase em que a relação entre os dois segmentos é, respectivamente, de causa e consequência.

- a) "A vida é 10% o que acontece com você e 90% como você reage a isso." — Charles R. Swindoll
- b) "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo." — Nelson Mandela
- c) "Não é a carga que o derruba, mas a maneira como você a carrega." — Lou Holtz
- d) "A persistência é o caminho para ter êxito." — Charles Chaplin
- e) "A única maneira de fazer um ótimo trabalho é amar o que você faz." — Steve Jobs

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Considere verdadeira a afirmação:

"Nenhum servidor do TCE RR é perfeito".

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

- 1. Se Joaquim não é servidor do TCE RR, então é perfeito.
- 2. Se Joaquim é perfeito, então não é servidor do TCE RR.
- 3. Se Joaquim não é perfeito, então é servidor do TCE RR.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) V, F, F.

12. Assinale a alternativa que corresponde à negação da afirmação a seguir:

"Todo servidor do TCE RR é estudioso e esforçado".

- a) "Todo servidor do TCE RR não é estudioso ou esforçado."
- b) "Todo servidor do TCE RR não é estudioso e esforçado."
- c) "Existe servidor do TCE RR que não é estudioso ou é esforçado."
- d) "Existe servidor do TCE RR que não é estudioso e não é esforçado."
- e) "Existe servidor do TCE RR que não é estudioso ou não é esforçado."

13. O sindicato dos servidores do TCE RR está fazendo uma campanha, entre seus filiados, para arrecadar fundos destinados a uma nova pintura na sede. Contatados 60% dos filiados, verificou-se que se havia atingido 75% da quantia necessária para a pintura, e que a contribuição média correspondia a R\$ 120,00 por filiado contatado. Então, para completar exatamente a quantia necessária para a pintura, a contribuição média por filiado, entre os filiados restantes ainda não contatados, deve ser igual a

- a) R\$ 50,00
- b) R\$ 60,00
- c) R\$ 80,00
- d) R\$ 100,00
- e) R\$ 120,00

14. Um bônus de R\$ 1.664,00 será dividido entre os vendedores A e B de uma loja de forma inversamente proporcional ao número de clientes insatisfeitos com os atendimentos deles. Se a razão entre o número de clientes insatisfeitos com os vendedores A e B é $\frac{3}{5}$, então o vendedor A receberá a quantia de:

- a) R\$ 227,40
- b) R\$ 624,00
- c) R\$ 998,40
- d) R\$ 1.040,00
- e) R\$ 1.071,40

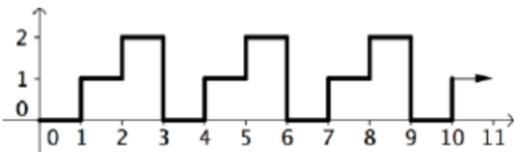
15. Cinco equipes de beach tennis (A, B, C, D, E) disputaram um torneio. Sobre a pontuação final de cada equipe sabe-se que:

- A fez mais pontos que E e C
- B fez mais pontos que A e D
- E fez mais pontos que C
- D fez mais pontos que A ou C

A partir dessas informações, pode-se afirmar que a equipe campeã foi

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

16. Considere o percurso representado parcialmente no sistema de coordenadas a seguir:



Ao percorrer um comprimento de 200 unidades ao longo desse percurso a partir da origem, o ponto final será:

- a) (84; 0)

- b) (85; 0)
- c) (85; 1)
- d) (86; 1)
- e) (86; 2)

17. Em uma entrevista com 900 pessoas sobre a preferência entre dois produtos A e B, verificou-se que: 460 gostam do produto A, 660 gostam do produto B e 60 não opinaram. Pode-se concluir que o número de pessoas que gostam somente de um dos produtos é:

- a) 140
- b) 280
- c) 400
- d) 560
- e) 620

18. A soma dos ângulos internos de um polígono regular é igual a 2340° . Nesse caso, cada ângulo externo desse polígono é igual a:

- a) 14°
- b) 18°
- c) 20°
- d) 26°
- e) 30°

19. Para entrar em território americano, três brasileiros, três mexicanos e quatro bolivianos devem formar uma única fila, de modo que pessoas de uma mesma nacionalidade estejam sempre juntas. O número de maneiras distintas de se formar essa fila é:

- a) 864
- b) 2.520
- c) 5.184
- d) 6.250
- e) 8.640

20. Uma urna contém fichas numeradas de 1 a 20. Ao retirar aleatoriamente uma ficha da urna, a probabilidade de ela apresentar um número maior do que 15, dado que tal número é ímpar, é:

- a) 10%
- b) 15%
- c) 20%
- d) 25%
- e) 30%

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA)

Emerson Bruno

21. Com base na Constituição Estadual, assinale a alternativa CORRETA no que se refere a administração pública:

- a) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- b) Apenas por meio de prévia aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, poderá o cidadão brasileiro ter acesso aos cargos e empregos públicos.
- c) A Constituição vigente proibiu o efeito repique, ato de computar uma vantagem pecuniária sobre outra — em cascata —, inclusive para os proventos de aposentadoria.
- d) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração de seus cargos públicos.
- e) Cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não aos estrangeiros.

22. Com base na Constituição do Estado de Roraima, no que se refere à organização do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Governador, com autorização do Congresso Nacional, poderá decretar a transferência da Capital, temporariamente, para outra cidade do território estadual.
- b) Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, agrário, comercial e urbanístico.
- c) A fiscalização dos Municípios do Estado de Roraima será exercida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo poder executivo municipal, na forma da lei.
- d) Nas terras pertencentes ao Estado de Roraima, é vedada a criação e ampliação de qualquer área de reserva ambiental ou de preservação, de qualquer natureza, sem a prévia autorização legislativa, que só poderá ser aprovada pelo voto favorável de 3/5 (três quintos) de seus membros.
- e) Lei Ordinária Estadual disporá, de forma pormenorizada, sobre a possibilidade de ampliação de unidades de conservação, nos limites do território do Estado de Roraima.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI ORGÂNICA E
REGIMENTO INTERNO DO TCE-RR)**

Herbert Almeida

23. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, pode-se afirmar, sobre os conselheiros-substitutos, que:

- a) por todo o período em que o conselheiro titular se mantiver afastado do exercício do cargo, o conselheiro-substituto, inclusive em suas férias, permanecerá convocado.
- b) compete ao conselheiro-substituto emitir votos nos processos em que atuar como relator, desde que esteja atuando em caráter permanente junto ao Tribunal Pleno e à câmara para a qual for designado.
- c) os conselheiros-substitutos somente poderão exercer funções ou comissões na Secretaria do Tribunal quando designados pelo Presidente do TCE.
- d) o cargo de conselheiro-substituto depende de indicação do governador do Estado, após aprovação na Assembleia Legislativa.
- e) depois de empossado no cargo, o conselheiro-substituto só o perderá por sentença judicial transitada em julgado.

24. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa a João, no âmbito de processo de julgamento de contas, o Tribunal de Contas reconheceu a prescrição do feito. Nesse caso, pode-se afirmar que a decisão do Tribunal tem natureza de decisão:

- a) terminativa, que deverá ordenar trancamento das contas;
- b) definitiva, sendo certo que a legislação reconhece a prescrição punitiva e ressarcitória no prazo de cinco anos.
- c) definitiva, porém sem resolução de mérito.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.

e) preliminar, ficando as contas sobrestadas pelo prazo de cinco anos.

25. O Tribunal de Contas de Roraima iniciou um procedimento para examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição. Serão analisados aspectos pertinentes à contabilidade, ao direito financeiro, ao planejamento e à execução orçamentária e ao controle patrimonial. Nesse caso, pode-se afirmar que o procedimento em questão é um(a):

- a) auditoria de conformidade.
- b) levantamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) auditoria operacional.

26. Acerca da tomada de contas especial, é correto afirmar que:

- a) toda tomada de contas especial deverá ser remetida, assim que concluída, ao Tribunal, após as apurações cabíveis.
- b) o processo de tomada de contas especial será apensado às contas anuais do responsável, para julgamento em conjunto.
- c) na ocorrência de irregularidade sem que se caracterize má-fé de quem lhe deu causa, se o dano for imediatamente ressarcido, a autoridade administrativa adotará a tomada de contas especial simplificada.
- d) se o dano ao erário for cometido por prefeito municipal, na função de ordenador de despesas, a tomada de contas especial será instaurada pelo responsável do órgão de controle interno.
- e) denomina-se fase interna a fase de julgamento da tomada de contas especial, que deverá ocorrer perante o Tribunal de Contas.

27. O Tribunal de Contas de Roraima emitiu parecer prévio propondo a rejeição das contas do prefeito do município Alfa. Nesse caso, é correto afirmar que o prefeito poderá recorrer mediante:

- a) agravo de instrumento;
- b) recurso rescisório;
- c) pedido de reexame;
- d) recurso ordinário;
- e) embargos de declaração.

28. Sobre as câmaras do Tribunal de Contas de Roraima, é correta afirmar que:

- a) As câmaras são compostas de quatro conselheiros cada.
- b) Compete às câmaras a emissão de parecer prévio dos prefeitos municipais.
- c) Não é permitida a permuta voluntária de conselheiros, de uma para outra Câmara, em razão do princípio do juiz natural.
- d) A composição das câmaras será definida pelo Presidente do TCE, cujo ato será aprovado pela maioria dos membros do Plenário.
- e) Na ausência ou impedimento de um dos membros da Câmara, e na ausência do conselheiro-substituto, a sessão será remarcada para a próxima data disponível.

29. Elvis é prefeito municipal e está em dúvida sobre a aplicação de dispositivo da Lei de Licitações. Após procurar a sua assessoria jurídica, Elvis ficou sabendo que poderia formular consulta direcionada ao Tribunal de Contas de Roraima. Sobre as consultas, é correto afirmar que:

- a) as respostas às consultas terão natureza de instrução normativa.
- b) o prefeito municipal não goza de legitimidade para formular consultas.
- c) a consulta deve ser formulada em tese, vedada, em regra, a citação de caso concreto.

d) as decisões proferidas pelo Tribunal em processo de consulta terão caráter normativo, constituindo julgamento do fato concreto.

e) as consultas não podem versar sobre matéria objeto de auditoria e inspeção em curso no órgão ou entidade consulente.

30. Marcão é Secretário de Estado e está sendo acusado de diversas irregularidades. Os fatos foram comunicados ao TCE RR, que designou uma equipe de autoria para o local. Todavia, Marcão adotou diversas medidas para impedir a fiscalização. Como consequência, os servidores do Tribunal informaram os fatos à Corte de Contas. Nessa situação, o Tribunal de Contas poderá:

- a) determinar cautelarmente o afastamento temporário de Marcão.
- b) julgar, em definitivo, as contas de Marcão.
- c) inabilitar Marcão para o exercício de cargo em comissão, no prazo de até dez anos.
- d) imputar débito a Marcão, independentemente da apuração, diante do impedimento da ação fiscalizatória.
- e) comunicar o fato à Câmara Municipal, que terá a prerrogativa de afastar Marcão, uma vez que o Tribunal não poderá exercer as suas atribuições nesse caso.

MÓDULO II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

31. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

32. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

33. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

34. A barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos é chamada de

- a) sobrecarga de informações
- b) filtragem
- c) percepção seletiva
- d) semântica
- e) desinteresse

35. O método moderno de avaliação de desempenho, realizado de forma circular, por todos que mantêm algum tipo de contato com o indivíduo avaliado, inclusive com participação do próprio avaliado por meio da autoavaliação, é chamado de

- a) Escalas Gráficas
- b) Comparação Binária
- c) Efeito Halo
- d) Avaliação 360°
- e) Incidentes Críticos

ARQUIVOLOGIA*Ricardo Campanário*

36. Sobre os arquivos privados, com base na Lei nº 8.159/91, analise as afirmativas a seguir.

- () Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social.
- () O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social é ostensivo.
- () Os arquivos privados identificados como de interesse público e social são recolhidos aos arquivos públicos.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- a) F – V – F.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

37. Sobre a organização das funções arquivísticas no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- () A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.
- () A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.
- () Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- a) V – V – V.
- b) F – V – V.

- c) V – F – F.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

38. A gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos são deveres do poder público, como instrumento de apoio à administração e como elementos de prova e informação. Consideram-se arquivos, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Considera-se gestão de documentos, o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente. Assinale a opção que indica como os documentos públicos são identificados para fins de arquivo.

- a) Casuais e permanentes.
- b) Regulares e intermediários.
- c) Casuais, variáveis e regulares.
- d) Variáveis, regulares e permanentes.
- e) Correntes, intermediários e permanentes.

39. Os documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos e empresas públicas, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, sociedades de economia mista, organizações sociais e entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos constituem os arquivos:

- a) confidenciais.
- b) de precatórios.
- c) mortos.
- d) públicos.
- e) privados.

40. Assinale a alternativa que representa o marco legal das políticas públicas brasileiras em instituições arquivísticas.

- a) Lei n. 8.159/1991.
- b) Constituição Federal de 1988.
- c) Resoluções do CONARQ.
- d) Resoluções do SINAR.
- e) Decreto 4.915/2003.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

41. Uma escola pública hipotética adota o sistema de reposição contínua para a manutenção dos níveis de canetas para quadro branco em estoque. O consumo mensal é de 300 canetas, o estoque de segurança é de 60 canetas e o tempo de reposição solicitado pelo vendedor é de 2 dias. Considerando o mês de 20 dias, os pedidos deverão ser realizados quando a quantidade de canetas em estoque for de:

- a) 150;
- b) 120;
- c) 90;
- d) 80;
- e) 60.

42. Uma firma de advocacia consome semanalmente, em média, 30 resmas de 500 folhas de papel. A firma compra as resmas de papel de um fornecedor em lotes de 120 resmas, a um preço de R\$ 5,00 por resma. Um pedido leva, em média, 2 semanas para ser recebido, a um custo de R\$ 1,50 por pedido. A firma mantém um estoque de segurança de 10 resmas. Os estoques máximo e médio de resmas na firma são, respectivamente:

- a) 150 e 70;
- b) 250 e 90;

- c) 250 e 80;
- d) 130 e 80;
- e) 130 e 70.

43. Suponha que você é responsável pelo ressuprimento de materiais do setor de gestão de estoques de uma organização como o IBGE. O sistema empregado para um determinado item, sob sua responsabilidade, é o de reposição contínua. Considere os seguintes dados (em quantidades e em unidade de tempo): quantidade de ressuprimento (reposição) = 900; tempo de ressuprimento (lead time) = 2 meses; intervalo entre ressuprimentos = 4 meses; e estoque de segurança = 500. Calcule o ponto de ressuprimento (reposição), considerando que deverá ser expresso na quantidade existente em estoque no momento do seu cálculo. O resultado, em unidades, é:

- a) 800;
- b) 900;
- c) 950;
- d) 1.150;
- e) 1.350.

44. O estoque de segurança é fundamental para muitas organizações no sistema de controle por quantidades fixas. É importante, seja em função do seu custo ou de sua criticidade operacional. Trata-se de uma quantidade:

- a) variável pela ação da demanda, sendo constituída, em seu nível mais elevado;
- b) teórica, que serve como indicador para avaliar quantidades em estoque;
- c) máxima admissível em estoque, tanto em termos físicos como potenciais;
- d) predeterminada de material que evite ou reduza os efeitos da variação da demanda ou do tempo de ressuprimento;
- e) necessária para atender à demanda correspondente à quantidade de ressuprimento.

45. Em um hospital, determinado item tem consumo mensal de 50 unidades. Dada a importância do item, o hospital não permite que seu estoque seja zerado. Se o consumo mensal aumentar para 60 unidades e um atraso no tempo de reposição for de 15 dias, o estoque mínimo do item deverá ser de:

- a) 60 unidades;
- b) 40 unidades;
- c) 30 unidades;
- d) 25 unidades;
- e) 10 unidades.

NOÇÕES DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: PLANO PLURIANUAL (PPA), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO), LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

Luciana Marinho

46. Sempre de forma regionalizada, as diretrizes e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e também para as relativas aos programas de duração continuada estarão previstas na Lei de(do)

- a) Orçamento Fiscal
- b) Orçamento Bimestral
- c) Orçamento Monetário
- d) Diretrizes Orçamentárias
- e) Plano Plurianual

47. A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta várias características relevantes, dentre as quais NÃO se encontra a seguinte:

- a) autorizar a concessão de vantagens e aumentos de remuneração aos servidores.
- b) dispor sobre alterações tributárias como a previsão de novos tributos.
- c) dispor sobre a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) estabelecer os objetivos das despesas de capital para quatro exercícios financeiros consecutivos.
- e) ser iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

48. A Constituição Federal de 1988 prevê que as alterações na legislação tributária e o estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento são, respectivamente, matérias concernentes

- a) ao Plano Plurianual e ao Plano Plurianual.
- b) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
- e) à Lei Orçamentária Anual e à Lei Orçamentária Anual.

49. De acordo com a Constituição, a lei orçamentária anual, compreenderá:

- a) a reestimativa da receita e da despesa, sempre que estas possam resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal.
- b) o orçamento de investimento de empresas que não detenham a maioria do capital social com direito a voto.
- c) o orçamento fiscal referente somente ao Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as de Administração indireta.
- d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- e) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

50. Segundo a Constituição Federal, a vigência do plano plurianual:

- a) é de exatamente dois anos.
- b) é variável, de acordo com os seus próprios termos.
- c) foi definida em Lei Complementar.
- d) se dá a partir do terceiro ano do mandato em que é proposto e perdura até o segundo ano do mandato subsequente.
- e) se dá a partir do segundo ano do mandato em que é proposto e perdura até o primeiro ano do mandato subsequente.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

51. Durante o processo de reorganização de servidores em uma prefeitura, um gestor público removeu um funcionário de uma unidade central para uma unidade periférica. Apesar de justificar o ato como necessário para "atender ao interesse público", foi constatado que a remoção tinha como objetivo retaliação ao servidor, que havia denunciado irregularidades no órgão. Posteriormente, em outro caso, o mesmo gestor aprovou a concessão de férias-prêmio a outro servidor, embora não tivesse competência legal para tal ato. Com base nos conceitos de uso e abuso de poder no Direito Administrativo, é correto afirmar que:

- a) ambas as condutas configuram excesso de poder, pois o gestor público extrapolou os limites de sua competência em cada uma das situações descritas.
- b) a remoção do servidor constitui excesso de poder, enquanto a concessão de férias-prêmio caracteriza desvio de poder, já que ambas violam o princípio da finalidade pública.
- c) a remoção do servidor configura desvio de poder, enquanto a concessão de férias-prêmio caracteriza excesso de poder, pois o gestor atuou sem competência legal.
- d) nenhuma das condutas caracteriza abuso de poder, pois ambas poderiam ser justificadas pela discricionariedade administrativa no exercício das funções públicas.
- e) a remoção do servidor configura ato regular, desde que realizada com base no interesse público, enquanto a concessão de férias-prêmio constitui desvio de poder, independentemente da competência do gestor.

52. A empresa Beta Ltda. foi contratada por um município para realizar a construção de uma ponte. Durante a execução da obra, foram identificadas falhas estruturais graves, decorrentes da utilização de materiais de baixa qualidade fornecidos pela própria empresa. Além disso, o representante designado pela empresa para acompanhar a execução das obras não compareceu ao local por várias semanas, o que comprometeu ainda mais o andamento do contrato. Diante da situação, a prefeitura exigiu que a empresa realizasse as devidas correções nas estruturas e substituísse o preposto por um profissional que atendesse aos critérios de aceitação estabelecidos pela Administração. A empresa, porém, alegou que a fiscalização realizada pelo município durante as etapas da obra a isentava de responsabilidade pelos defeitos identificados. Com base nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) a empresa não é responsável pelos defeitos na execução da obra, uma vez que a fiscalização realizada pela Administração implica aceitação tácita da qualidade dos materiais utilizados.
- b) a empresa está obrigada a reparar os vícios identificados na obra, arcando integralmente com os custos necessários para correção, sendo certo que a fiscalização da Administração não afasta esta responsabilidade.
- c) o representante da empresa, designado como preposto, não tem obrigação de estar no local da obra, desde que o responsável pela fiscalização municipal esteja presente.
- d) a fiscalização realizada pelo contratante transfere parcialmente à Administração a responsabilidade por danos causados à própria Administração ou a terceiros.
- e) a empresa pode recusar-se a substituir o preposto designado, pois a escolha do profissional é decisão exclusiva da contratada, não cabendo ingerência da Administração Pública.

53. Suponha que determinado órgão público tenha firmado contrato de serviços contínuos de manutenção de equipamentos, com vigência de dez meses e sem envolver a contratação de mão de obra. Referido contrato não possuía cláusula prevendo o reajustamento dos preços. Porém, em razão dos efeitos da inflação, após constatar a diminuição do poder de compra dos valores inicialmente pactuados, a sociedade empresária contratada requisitou o reajustamento dos preços após o decurso de seis meses desde a elaboração do orçamento estimado.

Acerca da situação hipotética acima e com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021 sobre os contratos administrativos, a Administração Pública deverá, diante do pedido de reajustamento em sentido estrito:

- a) atender ao pedido e conceder o reajuste, pois o contratado faz jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que foi comprometido em razão da inflação.
- b) rejeitar o pedido, em razão da ausência de previsão contratual e independentemente do momento em que o pedido foi formulado, uma vez que não há obrigatoriedade legal de concessão de reajuste.
- c) rejeitar o pedido em razão do momento em que foi formulado, uma vez que a legislação somente admite o reajuste após o decurso de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- d) revisar o contrato, mediante aditamento, promovendo a alteração contratual com atualização do valor, devendo dar publicidade ao aditamento da mesma forma como procedeu a divulgação do contrato.
- e) não houve ilegalidade em razão da ausência de previsão de cláusula de reajuste, uma vez que o prazo contratual é inferior a um ano.

54. A Lei de Acesso à Informação dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Não está de acordo com as diretrizes e conceitos trazidos pela Lei nº 12.527/2011:

- a) a autenticidade consiste na qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- b) conceitua-se a informação sigilosa como aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- c) para assegurar o direito fundamental de acesso à informação, a lei deve fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- d) o sigilo, dada a natureza sensível da atividade estatal, é a regra, aplicando-se o controle social apenas aos casos de informações de interesse público.
- e) a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer independentemente de solicitações.

55. João é servidor público federal e foi acusado de cometer ato de improbidade administrativa. A autoridade administrativa competente, ao tomar conhecimento do fato, determinou a instauração de processo administrativo disciplinar, que culminou com a aplicação da sanção de demissão, antes do julgamento da ação de improbidade.

Ao consultar o seu advogado, João também tomou conhecimento de que a autoridade impôs, simultaneamente com a demissão, a pena de incompatibilidade para regressar ao serviço público federal, durante determinado prazo.

João não concordou com as penalidades e questionou o seu advogado sobre as características dessas penalidades, sendo corretamente informado que, conforme previsto na Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) a autoridade administrativa não poderia aplicar a pena de demissão, antes do trânsito em julgado da ação de improbidade.
- b) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão, independentemente do trânsito em julgado da ação de improbidade, mas a incompatibilidade para regressar ao serviço público federal não poderia ser aplicada.
- c) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão, independentemente do trânsito em julgado da ação de improbidade, e a pena de incompatibilidade para regressar ao serviço público federal terá caráter perpétuo.
- d) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão, independentemente do trânsito em julgado da ação de improbidade, e a pena de incompatibilidade para regressar ao serviço público federal será aplicada pelo prazo de cinco anos.
- e) a autoridade administrativa poderia aplicar a pena de demissão ou outra, conforme juízo acerca dos antecedentes do servidor, mas não poderia impor a pena de incompatibilidade, uma vez que é sanção inconstitucional.

GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

56. Da literatura internacional, principalmente de organismos multilaterais e de referência nas áreas de controle e auditoria, e do Decreto 9.203/2017, é possível extrair um conjunto abrangente de princípios que funcionam como valores interdependentes, servindo de guia para a atuação das organizações públicas. O princípio que representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político refere-se a

- a) capacidade de resposta
- b) integridade
- c) melhoria regulatória
- d) accountability
- e) confiabilidade

57. As atividades de governança (avaliar, dirigir e monitorar) são implementadas por meio de práticas que podem ser agrupadas em três mecanismos, a saber: liderança, estratégia e controle. A prática que consiste na definição de um conjunto de diretrizes (orientações), valores, processos e estruturas para que atividades sejam desenvolvidas está relacionada à

- a) Promover integridade
- b) Promover a capacidade de liderança
- c) Estabelecer a estratégia
- d) Estabelecer o modelo de governança
- e) Promover a gestão estratégica

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS*Tiago Zanolla*

58. Carlos, um servidor público estadual lotado no setor jurídico de uma secretaria, tomou conhecimento de um processo sigiloso envolvendo um contrato público em investigação. Apesar do sigilo, Carlos decidiu postar em uma rede social detalhes do caso, argumentando que a população tinha o direito de saber o que estava acontecendo. A postagem viralizou, causando grande repercussão.

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos, qual penalidade Carlos poderá sofrer?

- a) Suspensão de até 90 dias, por conduta inadequada à função pública.
- b) Advertência por escrito, devido à violação do dever de sigilo.
- c) Demissão, por revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- d) Multa proporcional ao salário, por dano moral ao Estado.
- e) Transferência de setor, como medida corretiva para evitar novos incidentes.

59. Ana, servidora pública estadual, foi penalizada com a demissão após um processo disciplinar. No entanto, dois anos depois, surgiram novas evidências que poderiam provar sua inocência. Ana decidiu solicitar a revisão do processo disciplinar, fundamentando seu pedido nos artigos 168 a 176 do Estatuto dos Servidores Públicos.

Com base na legislação apresentada, analise e responda: quais dos aspectos abaixo estão corretos sobre a revisão do processo disciplinar?

- a) A revisão pode ser requerida apenas no prazo de dois anos após a penalidade.
- b) O ônus da prova cabe exclusivamente à administração pública.
- c) A simples alegação de injustiça é suficiente para autorizar a revisão.
- d) Julgada procedente a revisão, a penalidade aplicada será declarada sem efeito, restabelecendo-se os direitos do servidor.
- e) A revisão poderá resultar no agravamento da penalidade inicialmente aplicada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

60. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde que o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

61. Um programa jornalístico decidiu criar um quadro em que relembra casos criminais famosos. Ao exibir uma reportagem sobre determinado crime, os familiares da vítima sentiram-se constrangidos e requereram judicialmente a retirada imediata da reportagem e o pagamento de uma indenização, tudo com base no direito ao esquecimento. Acerca do caso, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que.

a) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, pois afronta a liberdade de expressão.

a) B) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é recepcionado pela Constituição, com fundamento nos princípios da intimidade, vida privada e honra.

b) O direito ao esquecimento é direito fundamental, não podendo ser suprimido em nenhuma hipótese, devido a sua relação com a dignidade da pessoa humana.

c) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento como regra, havendo exceção apenas em casos que envolvam interesse público notório.

d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento apenas nos casos em que envolvam abuso sexual ou violência doméstica e familiar.

62. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em

seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.

b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.

c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.

d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.

e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TI

Emannuelle Gouveia

63. O número 127 em decimal equivale a qual valor no sistema binário:

a) 1111111

b) 0000001

c) 0101010

d) 1100101

e) 1110001.

64. Das letras abaixo marque aquela que contém princípios básicos da LGPD:

- a) finalidade, urgência.
- b) finalidade, necessidade
- c) adequação, indisponibilidade
- d) segurança, sigilo.
- e) adequação, sigilo:

65. O usuário selecionou um arquivo no disco C, chamado ESC.txt e a seguir apertou a tecla DEL, em seguida selecionou um arquivo localizado no pen drive chamado TRIBUNAL.txt e apertou a tecla DEL. Podemos deduzir então que:

- a) Ambos os arquivos foram enviados para a Lixeira do Windows.
- b) Apenas o primeiro arquivo, ESC.txt foi enviado para a Lixeira do Windows
- c) Apenas o segundo arquivo, TRIBUNAL.txt foi enviado para a Lixeira do Windows
- d) Nenhum arquivo foi enviado para a Lixeira do Windows.
- e) A Lixeira do Windows não existe mais nas versões atuais do sistema.

66. No Word, há um recurso capaz de dividir sílabas corretamente o que permite que os alinhamentos também sejam ajustados corretamente. Essa função é:

- a) Contar Palavras
- b) Dicionário de Sinônimos
- c) Hifenização
- d) Formatar Fonte
- e) Controle de Alterações

67. Para inserirmos uma função no Excel temos vários caminhos. Caso desejemos utilizar as teclas de atalho, devemos pressionar a combinação:

- a) Ctrl+ K

- b) Shift+ F2
- c) Ctrl + Alt + T
- d) CTRL + N
- e) Shift + F3

68. No PowerPoint existe um recurso de testar os intervalos da apresentação. Esse recurso está disponível na guia:

- a) Página Inicial
- b) Apresentação de slides
- c) Transição
- d) Animação
- e) Exibir

69. Sobre o email, marque a alternativa incorreta:

- a) É possível enviar simultaneamente uma mesma mensagem para vários usuários.
- b) É possível, em alguns servidores de email, agendar o envio de uma mensagem.
- c) Não é possível iniciar o preparo de uma mensagem e terminá-la depois quando for desejado.
- d) É possível enviar mensagens para alguns destinatários sem que eles sejam vistos pelos demais
- e) Não é possível enviar um anexo para alguns destinatários e outros não na mesma mensagem

70. O ataque no qual um cavalo de troia pode introduzir um backdoor é o:

- a) Sniffer
- b) RAT
- c) BOT
- d) Worm
- e) Ransomware

Discursiva

Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em fraudes de identidade e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da Unico.

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstróem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **o uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
